

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# PRAGMÁTICA DAS CONTROVÉRSIAS E DISPOSITIVOS DE CAPTURA: UMA PRAGMÁTICA DO PODER E DA PERCEPÇÃO

Gabriel Augusto De Carvalho Sanches

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9810>

Submetido em: 2024-09-10

Postado em: 2024-09-12 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## PRAGMÁTICA DAS CONTROVÉRSIAS E DISPOSITIVOS DE CAPTURA: UMA PRAGMÁTICA DO PODER E DA PERCEPÇÃO

GABRIEL AUGUSTO DE CARVALHO SANCHES,  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6261-5524>  
<[gabrielcsanches1@gmail.com.br](mailto:gabrielcsanches1@gmail.com.br)>  
NEV-USP. São Paulo, SP, Brasil

**RESUMO:** O texto tem como objetivo analisar os prontuários do Serviço Social de Menores e como esses documentos moldaram a percepção e o tratamento dos menores em São Paulo. A pesquisa emprega o método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) para analisar 19 prontuários do SSM, abrangendo o período de 1935 a 1950. O método estatístico e textual empregado permitiu identificar diferentes mundos lexicais dentro do corpus, revelando os diferentes modos como os agentes do SSM percebiam, objetivavam e agiam sobre a minoridade. Desse modo, a análise mostra que os prontuários, mais do que registrar informações, atuavam como dispositivos de captura da minoridade e foram essenciais para constituir uma realidade governável que abrangia não só os menores, como também seus familiares e pessoas próximas.

**Palavras-chave:** Menoridade, Dispositivos de captura, Governamentalidade, Classificação Hierárquica Descendente, Prontuários.

## PRAGMATICS OF CONTROVERSIES AND CAPTURING DEVICES: A PRAGMATICS OF POWER AND PERCEPTION

**ABSTRACT:** The text aims to analyze the records of the Social Service for Minors and how these documents shaped the perception and treatment of minors in São Paulo. The research employs the Descending Hierarchical Classification (CHD) method to analyze 19 records from the SSM, covering the period from 1935 to 1950. The statistical and textual method used allowed the identification of different lexical worlds within the corpus, revealing the various ways in which SSM agents perceived, objectified, and acted upon minors. Thus, the analysis shows that the records, more than just documenting information, acted as devices for capturing minority and were essential in constituting a governable reality that encompassed not only the minors but also their families and close relations.

**Keywords:** Minority, Capturing devices, Governmentality, Descending Hierarchical Classification, Records.

## INTRODUÇÃO

O Serviço Social de Assistência e Proteção aos Menores foi criado pela lei n. 2.497 de 24 de dezembro de 1935 que organizou o Departamento de Assistências Social (DAS) do Estado de São Paulo. Segundo a lei, cabia ao serviço fiscalizar os estabelecimentos e instituições oficiais e particulares nas quais houvesse menores sujeitos à vigilância da autoridade pública, bem como distribuir os menores nesses estabelecimentos de acordo com a determinação do juiz de menores, que deveria basear sua decisão nos pareceres do Instituto de Pesquisas Juvenis (IPJ).

Em 19 de novembro de 1938, o decreto n. 9.744 reorganizou o Serviço que passou a se chamar apenas Serviço Social de Menores (SSM). O decreto ainda o dividiu em três sub-diretorias, cada qual com uma atribuição específica. A Sub-Diretoria Técnico-Científica competia realizar os exames e estudos relativos ao problema dos menores empreendidos pelo IPJ subordinado a essa sub-diretoria. A Sub-Diretoria Administrativa detinha a guarda dos arquivos dos papéis e era encarregada da contabilidade e das requisições de materiais destinados às várias seções da diretoria. Por fim, a Sub-Diretoria de Vigilância tinha como tarefa vigiar sobre os menores, receber queixas, proceder às investigações sociais e deter os menores, tendo, para isso, sob sua dependência, o Comissariado de Menores.

A partir de então, ao SSM coube a organização científica da assistência aos menores, levando em conta seu aspecto social, médico, psicológico e pedagógico. Para tanto, compreendia o serviço: o Juízo de Menores, os abrigos provisórios de menores da Capital e do Interior, o IPJ, anexo ao Abrigo da Capital, o Comissariado de Menores, encarregado de funções de investigação e apreensão dos menores, e um conjunto de estabelecimentos oficiais e subvencionados de reeducação, preservação e reforma.

Toda essa organização implicava um registro contínuo que pudesse informar cada uma dessas instâncias encarregadas de receber o menor sob seus cuidados sobre suas características, suas inclinações, seu caráter, suas tendências, seu aproveitamento e suas influências circundantes, bem como sobre as terapêuticas aplicadas em cada caso, sobre sua eficácia, duração e objetivos. Logo, essa estrutura mesma criava a necessidade da produção documental sobre os menores. Toda essa profusão documental pressupunha a existência de um dispositivo que permitisse a comunicação e a coordenação das ações do Serviço, os prontuários.

Seguindo essa intuição, nosso objetivo foi analisar como os prontuários do Serviço Social de Menores moldam a percepção e o tratamento da menoridade, permitindo capturá-la como objeto tangível, isto é, sobre o qual é possível agir, de modo a instaurar uma relação de governo. Para tanto, a pesquisa se valeu do método de Classificação Hierárquica Descendente de um corpus documental formado por 19 prontuários do SSM, que cobrem o período de 1935 a 1950 e que foram escolhidos aleatoriamente. Atendendo-se, porém, para um certo equilíbrio entre meninas e meninos, bem como da extensão de seus respectivos prontuários, o que nos possibilitou alcançar uma descrição representativa do corpus, dado o índice de retenção alcançado, mas que não pode, porém, ser generalizada. Ainda assim, acreditamos poder oferecer insights de pesquisa que podem ser de grande valia para trabalhos futuros.

## 1. OS PRONTUÁRIOS COMO DISPOSITIVOS DE CAPTURA

Os prontuários não seguem um padrão, variando de 10 a 97 páginas conforme o tempo de internação e movimentação do menor na instituição. Após as primeiras páginas com dados pessoais, sentença judicial e Ficha de Movimento, aparecem trocas de ofícios entre administradores dos institutos, o diretor do Serviço de Assistência e Proteção aos Menores e o Juiz de Menores. Essas comunicações ocorrem até a decisão de desinternação ou o encerramento do prontuário sem uma definição clara sobre o destino do menor.

As decisões sobre o destino dos menores geralmente envolvem internação, desinternação por idade, trabalho ou solicitação de tutores ou famílias interessadas em contratá-los. Nessas situações, a autorização depende do bom comportamento do menor e de uma sindicância sobre as condições da família que o receberá. Alguns prontuários ainda contêm um documento denominado “síntese médico-psicopedagógica” com informações sobre antecedentes hereditários, condições sociais, dados clínicos, psicológicos e psiquiátricos, escolaridade, periculosidade e diagnósticos. A partir desse dossiê complexo do menor somado aos demais documentos que compõem os prontuários, era possível gerir as diferentes instâncias do Serviço, garantindo a comunicação entre elas e possibilitando a coordenação das ações do Serviço.

Dada essa natureza do documento, ele configura um objeto de investigação particularmente adequado para o tipo de abordagem que propomos, pois ele funciona como uma espécie de dispositivo. Por dispositivo entendemos um conjunto de elementos heterogêneos, ditos e não ditos (FOUCAULT, 2018), que permitem lidar com uma questão controversa, a saber, o problema da minoridade. Esses conjuntos heterogêneos forma ainda um espaço ao mesmo tempo equipado (THÉVENOT, 2006), já que oferece aos atores diferentes modos de engajamento com o mundo (expressão, ação, percepção e avaliação), e de preenchimento estratégico (SILVA-CASTAÑEDA, 2012; BEUSCART & PEERBAYE, 2006), uma vez que a eles são atribuídas finalidades normativas por parte dos atores sociais que o investem já que percebem neles possibilidades para alcançar seus objetivos.

Em suma, os dispositivos fazem a mediação dos atores ou grupos de atores com o mundo social na medida em que permitem a eles perceberem, avaliarem e transformarem um dado estado de coisas considerado problemático (no caso, o comportamento de um menor) por intermédio dos agenciamentos de elementos materiais e linguísticos que lhes são oferecidos. Em outras palavras, os dispositivos fornecem uma realidade tangível e percebida como problemática por parte dos atores que

se engajam em transformá-la. Logo, eles estabilizam a percepção dos atores sobre os objetos, facilitando a coordenação das ações na medida em que oferta objetos estáveis de referência para ação<sup>1</sup> (THEVENOT, 2004, 2006). Assim, eles permitem ao SSM agir de forma mais ou menos coesa a despeito da heterogeneidade interna de suas instituições.

Os dispositivos oferecem, em resumo, uma base comum e objetiva para a construção de um acordo sobre a tangibilidade da menoridade enquanto objeto problemático sobre o qual é possível e necessário agir, sem o qual não haveria coordenação da ação do Serviço. Eles proporcionam, assim, um âmbito bem organizado com rotinas, regras e procedimentos de registro, assim como os instrumentos materiais e linguísticos para resolução de uma controvérsia, no caso de um menor específico, e chegar a uma decisão sobre o seu destino. A tangibilidade permite, em suma, cessar uma situação de controvérsia na qual diferentes atores têm percepções, interpretações, interesses etc. divergentes a respeito da menoridade, alcançando por meio das provas àquilo que resiste às variações perceptivas, em outras palavras, aquilo que pode ser “verificado objetivamente” (CHATEAURAYNAUD, 2004). Nesse sentido, os prontuários enquanto dispositivo oferecem um conjunto de provas sobre a necessidade do governo da menoridade.

Uma vez construída a tangibilidade da menoridade, a menoridade é implicada numa relação de captura que antecede e sobre a qual se funda uma relação de governo (CHATEAURAYNAUD, 2017). Uma relação de captura é um processo no qual um ator ou grupo de atores conseguiram fazer valer suas preensões sobre a menoridade. A relação de captura oferece, assim, a menoridade como um objeto tangível a ser nomeado, avaliado, governado e transformado a partir das intervenções possibilitadas pelos e relatadas nos prontuários. Relatos que, a seu turno, têm por função conjurar os riscos da menoridade, isto é, aquilo que há de imprevisível na conduta dos menores. Uma vez capturada, a percepção da menoridade, agora conhecida, previsível e verificável, fornece um ponto de apoio para as ações coordenadas do Serviço. Por fim, a relação de captura e criação de uma realidade tangível pode se dar de diversas formas, entre elas, a captura do espaço de cálculo e o uso de ferramentas de avaliação para produção de provas, que serão identificados na análise de cada um dos mundos lexicais.

Portanto, propomos como enquadramento para análise dos dados uma abordagem pragmática dos dispositivos de captura que procura observar como os discursos, os enunciados e as palavras produzem as práticas de condução de condutas, tornando-as ao mesmo tempo possíveis e necessárias

---

<sup>1</sup> Objetos cuja percepção é estabilizada, no presente caso, por um conjunto de formas lexicais rituais que servem de signo de identificação de um sujeito-enunciador individual ou coletivo.

em virtude dos objetos que a elas são fornecidos prontos, como que naturalizados, conhecidos, da mesma forma em que determinam os interesses, as motivações, as finalidades e os objetivos dos sujeitos que governam, ao impor a eles certas regras do que se pode dizer, fazer e saber. Através do [deste] método procuramos descobrir como agem os atores encarregados da gestão da menoridade, sendo possível acessar essa dimensão da ação, uma vez que ela é determinada por aquilo que se diz, como se diz e de onde se fala.

Do que foi exposto, pudemos ver que os prontuários são documentos fundamentalmente práticos. Isso porque trabalhamos em cima de descrições de práticas, que são em si um modo de significá-las, justificá-las, de torná-las coerentes entre si (por mais heterogêneas que sejam) e de fornecer os fundamentos para sua repetição, já que possuem uma potência performativa e servem como guia para as ações a serem tomadas no cotidiano institucional sobre um objeto tangível, a menoridade. Desse modo, são os prontuários que permitem ao Serviço atuar de forma conjunta, de modo que eles são úteis precisamente “quando se trata de intervir uma vez mais” (ISRAËL, 2015, p. 142). Logo, a abordagem pragmática se impõe, uma vez que os prontuários nos permitem justamente acessar essa dimensão das práticas, de modo que nossa atenção se volta “ao que os atores dizem, ou não dizem, de suas atividades práticas” (CHATEAURAYNAUD, 2016, p. 13), bem como aos modos como eles constroem um entendimento compartilhado do mundo, através de procedimentos, instrumentos e provas, que os permitem chegar a um acordo sobre a definição da realidade e agir em conjunto sobre ela.

## **2. A CHD E OS DISPOSITIVOS DE CAPTURA: MUNDOS LEXICAIS, LÓGICAS LOCAIS E FUNDAMENTOS TÓPICOS**

Essa perspectiva pragmática está presente no método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), concebido por Max Reinert, que será utilizado aqui para mapear o dispositivo que se forma a partir da leitura dos prontuários do SSM. Isso porque esse método se orienta a partir do entendimento de que o objeto de um signo não é um referente estático (LIMA, 2008, p. 89), já que é determinado pela prática situada e reflexiva de um sujeito-enunciador. Logo, o texto funciona para nós como monumento de um determinado uso do léxico para nomear um objeto. É nesse sentido que a menoridade e o menor são construções a partir dos usos lexicais que os agentes do Serviço empreendem para designá-los. Todavia, o sujeito que o emprega o faz segundo um ponto de vista, o que nos remete à noção de mundo lexical (REINERT, 1990, 1993, 2001).

Por mundo lexical entendemos o local de onde o sujeito percebe os objetos e exprime seu ponto de vista através de uma ação coerente de nomeá-los. Em outras palavras, trata-se de uma determinada posição em relação à menoridade que pode ser revelada através dos usos repetitivos do léxico partilhados por um grupo para designá-la. Esses usos revelam uma forma de experiência partilhada que aponta para uma relação de captura e que acaba por formar uma espécie de repertório normativo (DODIER & BARBOT, 2016, 2021) a partir das expectativas e das avaliações do que deva ser a menoridade e de como devem se portar os menores. Podemos acessar esses repertórios a partir daquilo que Reinert (2003) chamou de “fundamentos tópicos” e de suas “lógicas locais”.

No nosso caso, os fundamentos tópicos são ainda formados sobretudo por tópicos de prova (CHATEAURAYNAUD, 2004). Estes são utilizados pelos atores para alcançar a tangibilidade da menoridade. Logo, procuraremos observar quais são esses tópicos de prova e como eles influem na construção da menoridade abandonada e delincente. Nesse sentido, cada uma das classes da CHD contém tipos de prova que contribuem para estabilizar a percepção dos atores do Serviço sobre a menoridade e promover um senso comum. O que nos reenvia ao conceito de aproximação (CHATEAURAYNAUD, 2004) segundo o qual as formas lexicais classificadas pela CHD funcionam como ferramentas conceituais que permitem aos agentes do SSM conectar casos individuais a um repertório mais amplo, mostrando que os prontuários do SSM serviam não apenas para registrar, mas também para moldar a percepção da menoridade e justificar a intervenção estatal.

O dispositivo é, em síntese, o que permite a articulação entre os diferentes mundos lexicais dados pela CHD, dotados cada qual de repertórios normativos, fundamentos tópicos e lógicas locais. Logo, o método de Reinert é capaz de nos dar a topologia do dispositivo de captura da menoridade como lugar de coordenação e de negociação de diferentes mundos sobre a percepção da menoridade e sua tangibilidade, bem como sobre os melhores meios de governá-la. Ela permite, pois, acessar justamente como os atores do SSM constroem uma experiência compartilhada do que seja a menoridade (através do uso repetitivo de determinadas formas lexicais), bem como expressem suas expectativas normativas do que ela deveria ser, de como ela deveria se comportar e dos melhores meios para alcançar suas expectativas e intenções, tendo como base as provas que produzem nos prontuários.

Entendemos, assim, que governar é “agir sob uma determinada descrição. A língua não é secundária em relação ao governo; é constitutivo dele. A linguagem não apenas torna descritíveis os atos do governo; também os torna possíveis” (ROSE, 1999, p. 28). Isso porque os enunciados

possuem um poder performativo, eles criam os objetos com os quais os sujeitos podem se relacionar, ele fornece, portanto, os alvos para a ação do governo.

### 3. OPERACIONALIZAÇÃO E ANÁLISE

Para a realização da CHD, foi utilizado o IRAMUTEQ (*Interface de R pour les analyses multidimensionnelles de textes et de questionnaires*) que dispôs o corpus textual, no caso os 19 prontuários, numa tabela de dupla entrada. Nela, são colocados em relação dois níveis de análise: o do texto enquanto conjunto de enunciados elementares e o do enunciado como conjunto de formas lexicais. O objetivo é obter uma classificação dos enunciados (segmentos de texto) segundo a presença ou ausência de certas formas lexicais que os compõem, a fim de colocar em evidência os mundos lexicais, definidos estatisticamente pelas classes de palavras identificadas pelo programa (CAMARGO & JUSTO, 2013, 2018). Nesse sentido, os segmentos de texto identificados pelo programa funcionam como unidades de contexto para verificação dos usos contextuais das palavras por parte dos sujeitos-enunciadores.

Para ser capaz de realizar as análises, o algoritmo do programa lematiza as palavras, reduzindo-as ao seu lema, isto é, a sua forma desflexionada, convertendo os verbos ao infinitivo e os substantivos e adjetivos ao masculino singular (SALVIATI, 2017). Essa operação permite reunir sob uma mesma forma reduzida todas as variações que veiculam uma mesma referência. Em seguida, os lexemas reduzidos, os lemas, são separados entre formas ativas e formas suplementares. As primeiras são os verbos, advérbios, nomes, adjetivos e formas não conhecidas ou conhecidas e não codificadas. Já as segundas são os artigos, pronomes, preposições, conjunções, verbos auxiliares, marcadores, numerais etc. Somente as formas ativas são incluídas nos cálculos, as suplementares podem, porém, ser projetadas aos fatores obtidos nas análises obtidas a partir daquelas. As formas suplementares fornecem, então, apenas informações complementares sobre a coloração pessoal ou impessoal de cada um dos agrupamentos de palavras plenas (LIMA, 2008, p. 93).

Ao tratar as formas ativas, o programa opera fragmentações sucessivas no texto para encontrar unidades de contexto, isto é, os segmentos de texto ou enunciados, onde se verificarão as coocorrências das formas. O primeiro recorte é feito em função dos sinais presentes na própria língua, através dos períodos, parágrafos, pausas, delimitados pela pontuação; as unidades assim encontradas são chamadas de unidades de contexto inicial (u.c.i). O segundo é baseado num critério formal, independente da organização inicial do texto, a saber, um número X de palavras plenas (6 ou 7 ocorrências, 40 caracteres). Com essa dupla segmentação do texto, o programa objetiva encontrar ao

fim unidades de contexto elementar (u.c.e), entendidos como os enunciados elementares que estruturam o discurso, onde se verificarão as coocorrências das formas ativas.

Uma vez definidas essas unidades contextuais para verificação do uso das palavras, o programa monta a tabela de contingências. Nela, as u.c.e (que correspondem teoricamente aos enunciados) são numeradas segundo a ordem de aparição no texto e dispostas em linhas, e os lemas das formas ativas são organizadas em colunas. As casas são preenchidas segundo o cruzamento de linhas e colunas a partir de um código binário, que corresponde a “um”, que indica a presença do léxico no enunciado (u.c.e), e “zero”, ausência do léxico na unidade (segmento de texto). Logo, ele permite ver as coocorrências dos lemas em uma mesma unidade de contexto, através da presença simultânea das palavras ou de suas ausências.

A partir dessa tabela de presenças e ausências, o programa opera a classificação hierárquica descendente, fornecendo uma árvore hierárquica, que permite agrupar ou opor os segmentos de texto em função dos seus vocábulos, formando, assim, os fundos tópicos do discurso, identificados pelas classes do programa, que correspondem a lugares (mundos lexicais) associados à atividade coerente de um sujeito-enunciador, que remete por sua vez a uma lógica local. Enfim, o algoritmo isola os fatores que exprimem a separação de classes e as apresenta num plano fatorial que permite visualizar a distribuição espacial das classes num espaço geométrico, que representam os mundos lexicais.

Segundo a perspectiva pragmática aqui proposta, se o texto é formado por enunciados e estes são, por sua vez, formados por um conjunto de formas lexicais, podemos interpretar estas como um conjunto de objetos de referência para a ação do sujeito-enunciador sobre os quais ou com os quais ele age. Nesse sentido, podemos entender as formas lexicais agrupadas pela CHD como objetos-problema tangíveis (os menores ou, de forma mais geral, a menoridade), que foram capturados e ofertados aos atores sociais do Serviço, sobre os quais eles agem, como também podem designar os agenciamentos materiais e linguísticos (técnicas, instrumentos, procedimentos, provas etc.) que fazem a mediação de sua ação sobre a menoridade, além das formas que designam seus objetivos, intenções e expectativas normativas manifestas. Em suma, propomos interpretar as formas lexicais da CHD a partir do seguinte quadro inspirado em Jenny (2004):

**Quadro 1 - Alcance analítico dos referentes linguísticos**

<b>Tipo de base</b>	<b>Alcance analítico</b>	<b>Referente Linguístico</b>
<b>Entidades</b>	Actantes, personagens, temas do jogo, objetos, instrumentos, técnicas	Substantivos
<b>Qualidades</b>	Formas de qualificação das entidades	Adjetivos
<b>Provas</b>	Tipos de ação, de transformação ou de julgamento, bem como objetivos, intenções e expectativas manifestas	Verbos
<b>Marcadores</b>	Modalidades, conectores, quantificadores	Advérbios
<b>Formas suplementares</b>	Elementos de articulação e de conexão	Artigos, pronomes, conjunções, preposições, auxiliares
<b>Números</b>	Unidades de medida, datação, parâmetros de avaliação	Valores numéricos (algarismo ou extenso)

**Fonte:** elaboração própria (2024)

O método permite, portanto, observar as diferentes objetivações da menoridade que dão coerências às práticas de governo dos menores. Em suma, a menoridade não tem existência própria independente do uso do léxico que fazem os atores do SSM para nomeá-la, capturá-la e torná-la tangível para sobre ela poder agir.

#### 4. ANÁLISE E RESULTADOS

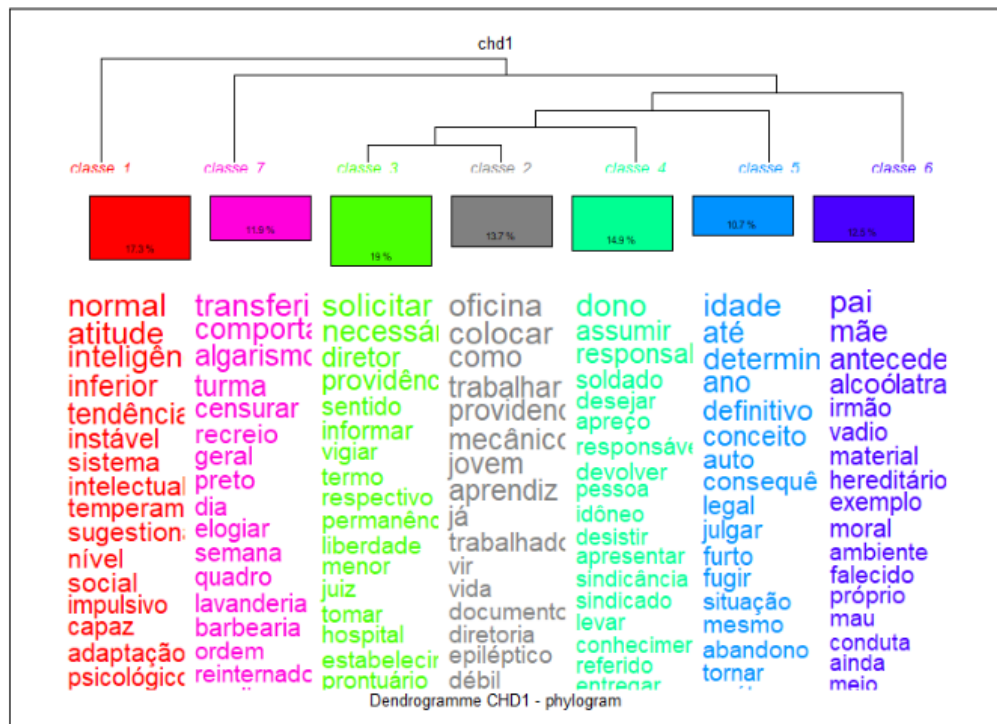
A partir das análises que fizemos a partir de 19 prontuários analisados, sendo 13 de meninos e 6 de meninas, levando em consideração que os prontuários das meninas são geralmente maiores, chegamos a um corpus de 6356 caracteres, sendo 1118 o número de formas ativas (sendo que dessas 1118, 386 se repetem 3 ou mais vezes) e 588 o número de hapax legomenon, isto é, o número de

palavras que aparecem apenas uma vez no corpus. A partir desse corpus, o programa identificou 216 segmentos de texto.

Uma vez identificados os segmentos de texto, o método nos forneceu 7 classes formadas a partir da classificação de 168 segmentos de texto (o que corresponde a uma taxa de retenção de 77,78%, indicando que a análise é representativa do corpus e consequentemente é válida para descrevê-lo) e 1118 formas ativas.

Podemos ler o filograma abaixo de cima para baixo, de modo a destacar as oposições ou reagrupamentos entre as classes (mundos lexicais) que podem ser tratadas como subcorpora. O número nas barras das classes indica a porcentagem do total dos segmentos de texto, identificados pelo programa, classificados em cada uma das classes. Podemos ainda nossa tentar para o conteúdo de cada uma das classes.

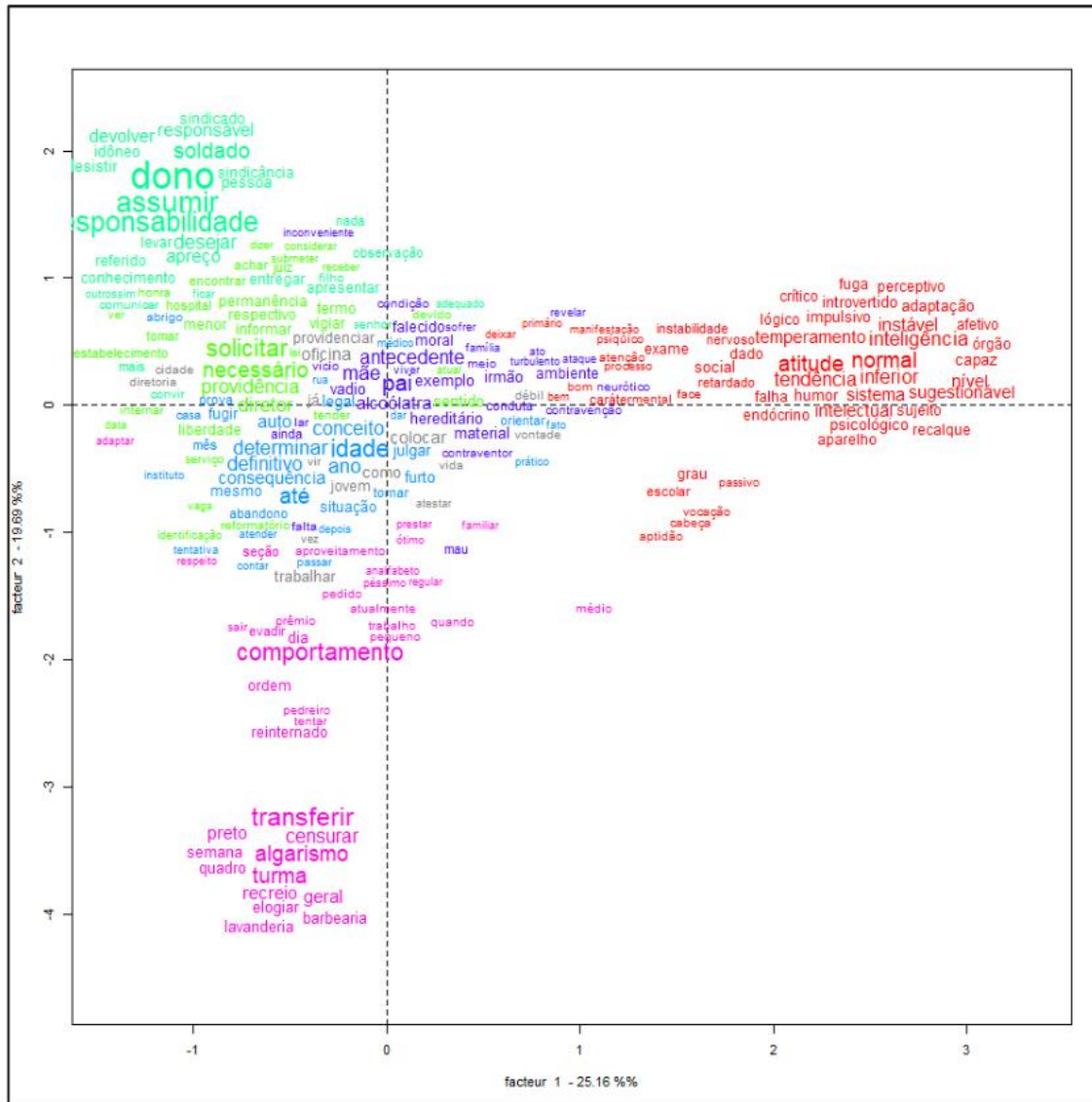
**Gráfico 1 - Filograma da CHD dos prontuários**



Fonte: elaboração própria (2023)

No gráfico, as formas ativas (já lematizadas) de cada uma das classes são apresentadas segundo seu valor  $\chi^2$ , que indica a força da associação da palavra com os segmentos de texto da classe, logo, se pegarmos como exemplo a classe 1, a palavra “normal” é a que possui o maior valor  $\chi^2$  e, portanto, é mais representativa daquela classe. É possível também projetar os resultados sobre um plano fatorial,

**Gráfico 2 -** Projeção das formas ativas da CHD em um plano fatorial



**Fonte:** elaboração própria (2023)

Nesse espaço geométrico, o algoritmo isola os fatores que exprimem a separação das classes e as apresenta num plano que permite observar as suas posições relativas, que correspondem teoricamente, como dissemos, aos mundos lexicais, dotados cada qual de uma lógica local e de fundamentos tópicos. Estes são expressos pelo conteúdo das classes, as formas ativas lematizadas que aparecem nos segmentos de texto de uma determinada classe. Esses vocábulo expressam, em resumo, a atividade coerente e repetitiva dos sujeitos-enunciadores de cada um dos mundos lexicais sobre os objetos enunciados.

**2.1. Classe 1: a construção da norma**

No que tange aos sujeitos-enunciadores da classe 1, trata-se daqueles que são encarregados de examinar o menor, de determinar seu caráter, seu temperamento e suas tendências com o objetivo tanto de descobrir as motivações que o fazem agir (determinantes de sua conduta), quanto de guiar as intervenções corretoras que tem por fim, justamente conduzi-lo à normalidade. O objetivo desses agentes que compõem o IPJ é promover uma norma, garantindo a identificação dos menores num continuum que permite alocar todo e qualquer comportamento, possibilitando uma análise causal das condutas qualquer que seja o seu grau de desvio em relação à média considerada normal. Logo, a anormalidade aqui diz respeito a todo desvio do tipo médio em relação ao qual os menores devem se “adaptar”, o que explica a ênfase nos excessos e nas faltas (espaço de cálculo).

No que se refere aos objetos, os menores aí são objetos de exame e de estudo, que procura determinar o seu grau ou nível de inteligência, caráter, temperamento etc., possibilitando, assim, objetivar quais os traços problemáticos que devem ser corrigidos, de modo a esboçar seus contornos e torná-los tangíveis. Dada a conotação “negativa” das formas aí classificadas que são em sua maioria adjetivas, vemos que aparecem nos prontuários muito mais os traços problemáticos, os que motivam o registro e que procuram justificar e balizar as intervenções futuras das equipes técnicas, isto é, as práticas de condução de condutas (objetos-problema). Traços vale dizer que se espalham e vão desde as manifestações mentais, até as sociais, passando pelas aptidões, vocações, escolaridade etc. Em suma, a tangibilidade aqui é construída através de exames (ferramentas de avaliação) que permitem capturar os desvios do comportamento esperado, tornando esses desvios provas tangíveis da necessidade de intervenção.

Ou seja, a primeira classe responde aos imperativos de justificação e fornecem às demais instâncias as provas que tornam tangíveis os traços problemáticos a serem corrigidos. Portanto, são os sujeitos-enunciadores que formam a primeira classe os primeiros responsáveis por objetivar a menoridade e assim informar os demais mundos, bem como construir e fixar um certo entendimento (senso) comum sobre o menor. Podemos concluir, então, que são os exames os documentos que compõem os prontuários que têm o maior poder de configuração do mundo, o que pode ser interpretado a partir das chaves do dendrograma (gráfico 1) que mostra que a classe 1 é a mais distinta e, por isso, não é englobada ou capturada por nenhuma outra<sup>2</sup>. Essa interpretação se baseia no fato de que, ao entrar no Serviço, o juiz solicita que o menor seja examinado e é justamente este exame que primeira captura o menor e que definirá o modo como ele será entendido e percebido a partir de

---

<sup>2</sup> As chaves da árvore hierárquica (gráfico 1) mostram, então, as assimetrias de apreensão ou de aderência.

então, bem como as regras do jogo, as normas, os critérios e os parâmetros com os quais ele vai ser julgado durante sua vida institucional.

Essa dinâmica se revela claramente na análise da primeira classe da CHD, onde se percebe que o objetivo dos sujeito-enunciadores – examinadores do IPJ - é identificar as motivações, inclinações e instintos dos menores. A intenção por trás dessa identificação é clara: estimular ou inibir certos comportamentos para moldar o menor dentro de um padrão de "normalidade".

Nesse contexto, a sugestionabilidade do menor, embora vista como uma característica depreciativa, torna-se uma ferramenta para a equipe técnica. O sistema busca exercitar a resistência dos menores contra as influências negativas do meio social, mas sem bloquear totalmente o acesso a essas influências, de modo a evitar o surgimento de resistência contra as normas da instituição. O objetivo é que os menores aprendam a distinguir entre boas e más influências e desenvolvam a capacidade de governar a si mesmos dentro dos limites das normas sociais.

Assim, a intervenção do sistema não visa apenas a correção de comportamentos, mas a internalização de normas que permitam ao menor comportar-se não de forma automática, segundo os instintos inconscientes, mas seguindo automaticamente as normas. A consciência deve ser interposta entre o estímulo e a ação, de modo que os menores passem a se comportar conforme as expectativas sociais (isto é, segundo um senso comum), integrando-se à sociedade de maneira ajustada e adaptada.

Logo, o convívio institucional seria um exercício preparatório para que possam se tornar sujeito ativos, passando por uma fase de passividade, com o intuito de adquirir hábitos, valores e costumes através da influência de um “convívio em ambiente adequado” (prontuário 2917) junto aos funcionários do serviço que formarão o seu caráter. Por isso, havia uma grande preocupação com a seleção do pessoal do serviço.

O objetivo do governo da menoridade é, portanto, segundo os agentes que compõe a primeira classe (mundo lexical), preparar o menor para que pudesse conduzir a si mesmo de forma prudente, atentando-se para as normas sociais, sendo capaz de exercitar sua previdência, sua capacidade de calcular os resultados de sua ação, que o tornaria previsível e responsável, prescindindo da necessidade da tutela. Qual o melhor meio de produzir essa ordem do que o exercício regular, continuado e disciplinado do trabalho? Os hábitos de trabalho são vistos, pois, como o exato oposto dessa desordem, dada sua temperança, laboriosidade, disciplina, diligência, previdência e regularidade.

## **2.2. Classe 2: a dicotomia entre trabalho e desordem**

No que se refere aos sujeitos-enunciadores da classe 2, podemos dizer que são os proprietários das oficinas interessados no trabalho dos menores. Trabalho este que é visto ao mesmo tempo como

uma terapia e como um prêmio, já que ele serve tanto para regularizar a conduta, torná-la previdente, como também é resultado de um bom comportamento, que possibilita ao menor deixar a instituição e se empregar numa oficina ou numa fábrica. Neste caso, é preciso que o menor “esteja em condições de” ser empregado. Portanto, o trabalho é aqui ao mesmo tempo um instrumento de normalização, quanto uma prova de reabilitação ou de reforma, em outras palavras, o trabalho é ferramenta de correção moral e de adaptação social.

Neste sentido, o trabalho é visto como uma etapa preparatória para a vida na medida em que se trata de tornar o menor capaz de prover a sua própria subsistência, sobreviver do seu próprio esforço. O objetivo visado aqui é, pois, produzir performaticamente um cidadão modelo não dependente das obras públicas ou sociais. Cidadão previdente, capaz de prover-se a si mesmo pelo seu próprio esforço e inteligência, para quem sua atividade é objeto de cálculo, que o permite escapar dos “infortúnios” dos acidentes de trabalho, que eram tão comuns na época.

Logo, do ponto de vista dos objetos enunciados, os menores são objetivados nesse mundo lexical como futuros trabalhadores, em vias de retornar ao convívio social como sujeitos responsáveis e previdentes, reformados como “egressos”. São sujeitos que já não precisam de tutela alheia, uma vez que internalizaram as normas e tutelam a si mesmos. São sujeitos tutores de si. Essa reforma é, porém, função do comportamento apresentado pelo menor, o que indica uma preocupação com a conduta do menor, com como ele conduz a si mesmo e como ele deve ser conduzido para que possa conduzir a si mesmo de forma prudente. Em suma, o menor é aqui tangibilizado como sujeito em potencial de trabalho, como força de trabalho potencial e sua capacidade de se adaptar ao trabalho é prova de sua reforma, assim como prova de sua capacidade produtiva.

Neste caso, percebe-se pela leitura dos prontuários uma preocupação com o aproveitamento que remete a uma norma que não é enunciada abertamente, mas que está presente. Uma métrica de aproveitamento (espaço de cálculo), que já o acostuma com o imperativo da produção e que só é alcançável pela racionalização dos seus movimentos, pela entrada da consciência e da razão que faz a crítica dos movimentos no ambiente da fábrica, dos hábitos empíricos e pouco produtivos. As ferramentas de avaliação que permitem produzir as provas desse mundo lexical são os relatórios de desempenho e de comportamento que justificam a progressão do menor no sistema. Dessa maneira, é preciso que se mostre bem aproveitável, capaz de ser inserido no mundo do trabalho e só assim é possível ser-lhe concedido o “benefício” da liberdade. Logo, este tem como pré-condição a capacidade para exercitar de forma previdente a vontade e, para isso, é preciso fazê-lo (o menor) passar por um

processo de aprendizado, em condições de privação de liberdade, fazendo incidir sobre ele um conjunto de procedimentos, de técnicas tutelares que o tomam como objeto de administração.

### **2.3. Classe 3: o menor como objeto de administração**

A classe 3 é formada majoritariamente por verbos que designam os agenciamentos do Serviço, mesmo que não saibamos muitas vezes quem propriamente realizou essas ações, elas são imputadas à entidade fictícia do SSM. Logo, o sujeito-enunciador é o próprio Serviço, seus diretores, os diretores dos institutos, os juízes e quem mais possa falar e agir em seu nome. É, por isso, a classe menos autônoma (junto com a segunda), ela depende da captura da menoridade por parte dos outros mundos lexicais e diz respeito às ações que são viabilizadas uma vez tangível a menoridade. Essa classe é formada ainda sobretudo pelas trocas de ofício e diz respeito, pois, às comunicações, aos fluxos de informação que possibilitaram a transmissão da percepção capturada da menoridade. Logo, ela não participa da objetivação ou da captura propriamente dita, mas antes dos agenciamentos tornados possíveis a partir daquela (vigiar, solicitar informações adicionais, conceder benefícios, internar, submeter, receber etc.).

Trata-se de uma classe que revela, pois, a dimensão do cotidiano dos serviços, de suas operações, do funcionamento dos seus órgãos, das tomadas de posição e das decisões tomadas. A intencionalidade presente neste mundo diz respeito, por conseguinte, à capacidade de influir na direção dos agenciamentos do Serviço, utilizando-se das provas lavradas nos demais. Logo, o espaço de cálculo desse mundo lexical envolve a gestão logística, documental e administrativa dos menores, bem como as ferramentas de avaliação incluem fichas de movimentação e relatórios. Em suma, os menores são objetivados aqui como objetos de administração e sua tangibilidade é aqui fato consumado e evidente no modo como os menores são geridos como elementos burocráticos.

### **2.4. Classe 5: a busca por um conceito legal de abandono**

A classe 5 traz um vocabulário ligado à esfera jurídica, logo, o sujeito-enunciador aqui são os juízes de menores e os documentos, cujos segmentos de texto compõem essa classe, são majoritariamente as sentenças. Nestas, há um esforço do juiz para definir o conceito legal de abandono que remete não aos atos praticados e efetivados pelo menor, mas sobretudo à sua situação familiar (como veremos na classe 4 e 6) e à sua conduta ou ao seu caráter (enquanto motor de sua conduta). O juizado de menores procura, pois, se informar sobre o menor, seu caráter, sua conduta, bem como sobre sua situação para poder julgá-lo. Para isso, ele aciona o IPJ. Em síntese, ele aciona o dispositivo e solicita pareceres, fazendo assim a ligação entre a entrada e a captura do menor, como ele será

entendido e o seu destino que depende e que é moldado por aquela captura, que permite tornar inteligível e tangível e, como tal, julgável seus comportamentos, seus antecedentes etc.

Portanto, os menores são objetivados nesse mundo lexical como objetos de julgamento em função de suas condições sociais, econômicas e morais, pelas influências desse ambiente que determina sua conduta, sendo esta propriamente o objeto julgado. O juiz avalia aquelas condições com intuito de determinar o afastamento do menor das influências perniciosas de seu meio e em seguida indicar o melhor meio de emendar a conduta do menor. Em suma, os juízes fazem a ligação entre uma ponta e outra do serviço, acionando as diversas instâncias, atuando como elemento articulador, acionador e decisor, mas também contribuindo para ratificar e legitimar a tangibilidade construída a partir dos exames a que eles fazem referência em suas sentenças e determinações.

Trata-se, por conseguinte, de uma interpretação de segunda ordem e, pois, capturada pelas provas produzidas pelos exames e investigações sociais. O que explica esta classe estar num nível hierárquico mais baixo na árvore. Desse modo, podemos entender a falta de autonomia dos juízes de menores em relação aos exames e aos pareceres das equipes técnicas que balizam suas decisões. Em resumo, o espaço de cálculo envolve a interpretação “legal” dos casos de abandono, e as ferramentas de avaliação incluem sentenças e pareceres técnicos que evidenciam que a conduta do menor é reflexo do seu meio familiar.

## **2.5. Classe 4: as sindicâncias e os critérios de idoneidade das famílias**

A classe 4 é formada pelos segmentos de texto que compõem as sindicâncias e os contratos de soldada, desse modo, o sujeito-enunciador são sobretudo os investigadores sociais e os comissários de menores, bem como os senhores e senhoras (“donas”) desejosos de assumir responsabilidade pelos menores. Nesses termos, a responsabilidade é sempre atribuída a uma família que se propõe receber o menor em troca de uma pequena quantia em dinheiro, a “soldada”, para que trabalhem para eles, realizando sobretudo serviços domésticos. Não é necessário dizer que esse vocabulário objetiva sobretudo as menores do sexo feminino. E, no caso de desejarem assumir responsabilidade pela menor, a família deve passar por uma sindicância que a avalia se ela está em condições, bem como se ela é responsável e está apta para receber a menor em seu meio, podendo servir-lhe de influência benéfica.

Desse modo, a tangibilidade é construída aqui através das avaliações detalhadas das famílias que desejam receber os menores, de modo que quem é objetivada nessa classe são justamente esses senhores e senhoras que receberão os menores. Por extensão e em consequência dessa objetivação das famílias idôneas, as menores do sexo feminino são objetivadas como incapazes de conduzirem a

si mesmas fora do ambiente doméstico, condição de menorização que muito provavelmente se perpetuava durante toda sua vida. O trabalho sob soldada servia ainda para exercitar-lhes os atributos que deveriam desempenhar quando deixassem a instituição. Trata-se, então, de dotá-las das qualidades de uma “dona de casa”, para que se tornem responsáveis pelos cuidados do lar, conformando-se com a posição social esperada da mulher na sociedade da época.

Em resumo, esse mundo lexical objetiva as famílias idôneas, utilizando para isso as ferramentas de avaliação que são as investigações sociais e as sindicâncias que fornecem provas da idoneidade dessas famílias. Essas provas justificam, pois, a transferência de responsabilidade para uma nova família, deslegitimando conseqüentemente a “família natural” da criança contribuindo para sua objetivação como “incapaz” (como veremos na classe a seguir). O espaço de cálculo é, pois, capturado pelo processo de sindicância, onde se avaliam as condições sociais, morais e econômicas das famílias, forjando, assim, critérios e normas de idoneidade dos quais se desviam as famílias naturais.

## **2.6. Classe 6: a família como espaço de intervenção e de socialização**

No que diz respeito aos sujeitos-enunciadores, a classe 6 não permite dizer quem são, já que a família é uma preocupação difusa do Serviço como um todo, o que explica ela ser a terceira classe mais distinta e, pois, menos capturada. Justamente por isso ela contribui decisivamente para a captura e objetivação da menoridade como irresponsável, o que transfere sua responsabilidade para a família. A classe 6 dá conta, então, não tanto do governo da menoridade, mas sim do governo das famílias, ou melhor, do governo da menoridade através das famílias e das famílias através dos menores. O que quer dizer que se trata de impor às famílias determinados padrões de conduta, aqueles expostos nas sindicâncias, mas que também se deixavam ler pelo negativo nas sentenças e nos exames dos menores.

Desse modo, produz-se o fato da “incapacidade” dos pais em conter, em educar e socializar os impulsos e instintos perigosos de seus filhos. A institucionalização serviria, assim, para pressionar as famílias a aderirem às normas e transmiti-las aos seus filhos, garantindo a sua internalização, sem o que não poderia reavê-los. Em outras palavras, a depender da conduta e das condições dos pais, a criança era retirada da família. Assim, as próprias famílias dos menores se tornavam tangíveis às práticas de governo e de condução de conduta, indiretamente através daquela pressão pelo sequestro de sua prole.

Todavia, através do governo e da pedagogia das famílias era possível atingir, moldar e formar os menores, incidindo sobre seu meio de socialização e fazendo penetrar aí as normas sociais correspondente às expectativas ligadas à sua posição subalterna na estrutura social, governando-os através do meio familiar, entendido como formador de seu caráter e determinante de sua conduta.

Então, o menor é objetivado nesta classe como um produto de seu ambiente, determinado pelas influências de seu meio familiar. Ele é, pois, declarado sugestionável e irresponsável, fazendo recair sobre a família o peso da culpa pelos seus desvios. Destarte, o comportamento dos menores no ambiente institucional serve de prova da incapacidade da família, o que justifica as intervenções estatais no ambiente doméstico. Da mesma forma, as investigações sociais e testemunhos sobre a conduta dos pais funcionam como ferramentas de avaliação que contribuem para a produção da prova da dinâmica familiar que permite tornar inteligível e explicável os desvios de comportamento apresentados pelo menor. O espaço de cálculo diz respeito, então, justamente a essa espécie de etiologia do meio, a essa causalidade social dos desajustamentos de conduta dos menores que remete às condições familiares e que as torna tangíveis às ações de governo.

### **2.7. Classe 7: a contabilidade moral**

Por fim, a classe 7 tem como sujeito-enunciador os fiscais de disciplina que lavram as folhas corridas (por vezes assinadas pelo administrador do Serviço), documentos que narram o cotidiano na instituição, enfocando o comportamento dos menores em relação à disciplina do estabelecimento. Por meio de um sistema de pontos, instaura-se aquilo que Foucault (2015) denominou de contabilidade moral cotidiana da existência total do indivíduo institucionalizado, já que é possível contabilizar o seu comportamento, avaliá-lo por meio de algarismos (pretos, vermelhos e verdes, considerando do pior para o melhor). Essa métrica permite saber se ele está em débito ou não com a instituição e, a depender de seu saldo, ele pode obter progressões e benefícios, bem como castigos e punições. Esse saldo nos permite inferir, pois, sobre aquilo que era esperado, a saber, as expectativas normativas do Serviço em relação aos menores e a sua conduta. Essa contabilidade funciona, em suma, como um sistema de gratificação-sanção que permite ao menor ter consciência de quais comportamentos são esperados dele, quais são elogiados e quais são censurados (com intuito de adaptá-lo àquilo que dele é esperado, isto é, fazê-lo conduzir-se a si mesmo conforme às expectativas sociais). As folhas corridas permitiam ainda fazer uma contabilização do aproveitamento laboral dos internos (ALVAREZ, LOURENÇO & SANTOS, 2021). Portanto, as folhas corridas funcionam como provas do comportamento diário dos menores, que justificam recompensas ou sanções, mas que também tangibilizam seus comportamentos cotidianos, fornecendo critérios objetivos para o seu julgamento.

Disso podemos concluir que os menores, neste mundo lexical (classe 7), são objetivados como integrantes de um coletivo contabilizável, cada indivíduo aí tem uma posição segundo a pontuação que alcance, pontuação esta que está em função dos seus comportamentos e que os tornam tangíveis ao julgamento. Logo, cada menor é visto como um conjunto de comportamentos que é possível medir,

calcular, contabilizar, com o objetivo de distribuir gratificações e sanções, elogios e censuras. Portanto, o espaço de cálculo é aqui capturado pelo sistema de pontos e as ferramentas de avaliação são as folhas corridas.

**Quadro 2 - Sistematização dos resultados**

	Sujeito-enunciador	Objeto enunciado	Ferramentas de avaliação	Espaço de Cálculo	Provas	Expectativas e objetivos
<b>Classe 1</b>	Examinadores do IPJ	Menor como objeto de exame	Exames	Métricas de inteligência, peso, altura, emotividade etc.	Prova do desvio	Internalização das normas sociais
<b>Classe 2</b>	Proprietários de oficinas	Menor como Força de Trabalho	Relatórios de desempenho	Métricas de produtividade	Prova da reabilitação e da capacidade produtiva	Constituição de um trabalhador previdente
<b>Classe 3</b>	SSM	Menor como objeto de administração	Fichas de movimentação	Gestão logística e administrativa	Prova documental	Agenciamentos e decisões do Serviço
<b>Classe 4</b>	Comissários e investigadores sociais	Senhores e donas idôneas e meninas objetos de influência doméstica	Sindicâncias	Critérios de idoneidade	Prova da idoneidade	Formação de donas de casa
<b>Classe 5</b>	Juízes de menores	Menor objeto de julgamento	Sentenças e pareceres técnicos	Interpretação legal, hermenêutica	Prova do abandono	Acionar, articular as instâncias para balizar as decisões
<b>Classe 6</b>	/	Famílias incapazes e menor objeto do meio	Investigação social	Avaliação das condições do ambiente	Prova da dinâmica familiar	Governar através das famílias
<b>Classe 7</b>	Fiscal de disciplina	Menores como objetos contábeis	Folhas corridas	Sistema de algarismos	Prova do comportamento	Adaptação social

**Fonte:** elaboração própria (2024)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos prontuários do Serviço Social de Menores (SSM) revelou como esses documentos desempenharam um papel central na construção da minoridade como objeto de governo.

Ao aplicar a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) a um corpus de 19 prontuários do Serviço Social de Menores de São Paulo que cobriam o período de 1935 a 1950, foi possível identificar diferentes mundos lexicais que estruturavam a percepção e as práticas dos agentes do SSM. Esses prontuários não apenas registravam informações, mas moldavam ativamente a maneira como a menoridade era compreendida e administrada, justificando intervenções estatais tanto nos menores quanto em suas famílias.

Os principais achados indicam, então, que a "menoridade" era construída como um problema social a partir de um dispositivo composto de exames, relatórios, sindicâncias etc., que não só objetivavam os menores, mas também determinavam seu destino e o de suas famílias com base naquela objetivação. Esses resultados sugerem que os prontuários do SSM eram instrumentos fundamentais na produção de uma realidade tangível e governável, onde a menoridade era capturada de modo a possibilitar agir sobre ela e assim governá-la. Portanto, a pesquisa contribui para a compreensão das políticas de proteção e controle social no período, oferecendo insights valiosos sobre os mecanismos de poder e as práticas de governo que operavam por meio desses dispositivos de captura, os prontuários.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, M. C.; LOURENÇO, L. C.; SANTOS, M. C. S. Jovens internados em São Paulo (1934-1950):: notas para uma análise genealógica das instituições disciplinares e de controle social. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 175-199, 2021.

BORGES, Viviane; SALLA, Fernando. A gestão da menoridade sob o Serviço Social de Assistência e Proteção aos Menores de São Paulo (1930-1940): encruzilhada de saberes. *Saúde soc.*, São Paulo , v. 27, n. 2, p. 326-337, 2018.

CAMARGO, B. V., JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto , v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

\_\_\_\_\_. *Tutorial para uso do software IRAMUTEQ*. Florianópolis, 2021, disponível em: [http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues\\_22.11.2021.pdf](http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_22.11.2021.pdf).

CHATEAURAYNAUD, Francis. L'épreuve du tangible. In: KARSENTI, Bruno; QUÉRÉ, Louis (Éds.). *La croyance et l'enquête*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 2004.

\_\_\_\_\_. Pragmatique des transformations et sociologie des controverses: les logiques d'enquête face au temps long des processus. In: CHATEAURAYNAUD, Francis; COHEN, Yves (Éds.). *Histoires pragmatiques*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 2016.

\_\_\_\_\_. A captura como experiência. Investigações pragmáticas e teorias do poder. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, p. 1-21, 2017.

DODIER, N.; BARBOT, J. La force des dispositifs. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 71, p. 421-450, 2016.

\_\_\_\_\_. Dispositifs et normativité. *Società Mutamento Política*, 12(23), p. 157-165, 2021.

FOUCAULT, M. *A sociedade punitiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

ISRAEL, L. O uso dos arquivos em Sociologia. In: PAUGAM, S (orgs.) *A pesquisa sociológica*. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 141-155.

LIMA, L. C. Programa Alceste, primeira lição: a perspectiva pragmatista e o método estatístico. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 17, n. 33, p. 83-97, 2008.

REINERT, M. Les «mondes lexicaux» et leur «logique» à travers l'analyse statistique d'un corpus de récits de cauchemars. *Langage & Société*, Paris, n. 66, p. 5-39, 1993.

\_\_\_\_\_. Processus catégorique et co-construction des sujets et des mondes à travers l'analyse statistique de différents corpus. In: ARRIVE, M.; NORMAND, C. (Dir.). *Linguistique et Psychanalyse*. Paris: In Presse, 2001, p. 385-398.

ROSE, N. *Powers of freedom: reframing political thought*. Londres: Cambridge University Press, 1999.

SALVIATI, M. E. *Manual do aplicativo IRAMUTEQ* (versão 0.7 Alpha 2 e R versão 3.2.3). Planaltina, 2017, disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA:** O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

**FINANCIAMENTO:** O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

**CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:** Gabriel: Conceptualization, Methodology, Software, Validation, Formal analysis, Investigation, Resources, Data Curation, Writing - Original Draft, Writing - Review & Editing, Visualization, Supervision, Project administration, Funding acquisition.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

**MINIBIOGRAFIA DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:** Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP (PPGS-USP). Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP).



## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.